



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1003176-96.2015.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral**
 Requerente: **Paulo Augusto Alves Brasileiro**
 Requerido: **Cig Agência de Viagens e Turismo Ltda. e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou ter contratado com as rés a realização de viagem para a Europa.

Alegou ainda que em três oportunidades – devidamente especificadas – durante essa viagem foi surpreendido ao saber que o hotel reservado ficava fora da cidade de destino, de sorte que foi obrigado a conseguir novas acomodações às pressas.

Como se não bastasse, ao devolver o carro alugado junto às rés soube que o pagamento respectivo não havia acontecido, de sorte que teve que implementá-lo novamente.

Almeja ao ressarcimento dos danos materiais e morais que suportou.

A preliminar de ilegitimidade passiva ad causam suscitada pelas rés em contestação não merecem acolhimento.

Com efeito, a responsabilidade de ambas deriva da solidariedade prevista no parágrafo único do art. 7º Código de Defesa do Consumidor entre todos os participantes da cadeia de prestação de serviços.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Discorrendo sobre o assunto, leciona **DANIEL AMORIM ASSUMPÇÃO NEVES**:

“Esse dispositivo constitui a regra geral de responsabilidade solidária entre todos os fornecedores que participaram da cadeia de fornecimento do serviço ou produto perante o consumidor. A regra justifica-se pela responsabilidade objetiva adotada pelo Código de Defesa do Consumidor, que dispensa a culpa como elemento da responsabilidade dos fornecedores. Dessa maneira, independentemente de a culpa não ser do fornecedor demandado, ou não ser de todos os fornecedores demandados, haverá a condenação de quem estiver no pólo passivo a indenizar o consumidor; assim, é inviável imaginar, em uma situação tratada à luz do dispositivo legal comentado, uma sentença terminativa por ilegitimidade de parte se for comprovado que a culpa não foi daquele fornecedor demandado. Em razão da solidariedade entre todos os fornecedores e de sua responsabilidade objetiva, o consumidor poderá optar contra quem pretende litigar. Poderá propor a demanda a buscar o ressarcimento de seu dano somente contra um dos fornecedores, alguns, ou todos eles. A doutrina que já enfrentou o tema aponta acertadamente para a hipótese de litisconsórcio facultativo, considerando ser a vontade do consumidor que definirá a formação ou não da pluralidade de sujeitos no pólo passivo e mesmo, quando se formar o litisconsórcio, qual a extensão subjetiva da pluralidade. Nesse caso, portanto, de responsabilidade solidária e objetiva dos fornecedores, não será aplicável o instituto do litisconsórcio alternativo, pois, ainda que exista uma dúvida fundada por parte do consumidor sobre quem foi o causador direto de seu dano, a legislação consumerista, expressamente, atribui a responsabilidade a qualquer dos fornecedores que tenha participado da cadeia de produção do produto ou da prestação do serviço. Por ser inviável antever a ilegitimidade de qualquer deles, ainda que nenhuma culpa tenha no evento danoso, pouco importa, para os fins do processo, a individualização do fornecedor que tenha sido o responsável direto pelo dano, de modo que é inviável, nesse caso, falar em litisconsórcio alternativo” (“Litisconsórcio alternativo e o código de defesa do consumidor”, in “Aspectos processuais do código de defesa do consumidor”, orientação de Tereza Arruda Alvim Wambier, coordenação de Fabiano Carvalho e Rodrigo Barioni, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008, v. 1, cap. 4, ps. 45-54, particularmente ps. 47-48).

Tais orientações aplicam-se com justeza à hipótese dos autos, até porque os documentos de fls. 10/18 deixam clara a ligação das duas rés com os fatos noticiados.

Bem por isso, reconhece-se a legitimidade das mesmas para que figurem no polo passivo do processo, inclusive para evitar que uma procure eximir sua responsabilidade imputando-a à outra.

Rejeito a prejudicial arguida, pois.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

No mérito, os fatos articulados pelo autor estão satisfatoriamente respaldados pelos documentos que instruíram a petição inicial, extraindo-se deles que efetivamente a viagem em apreço foi permeada dos incidentes lá relatados.

Quanto à disparidade entre a localização dos hotéis e as cidades de destino do autor, tal fato não foi refutado específica e concretamente pelas rés, as quais, ao contrário, asseveraram que o autor tinha ciência dessa circunstância porque inserida expressamente no instrumento celebrado.

Todavia, o argumento não as favorece.

De início, as rés em momento algum trouxeram à colação as disposições contratuais que lhe dariam respaldo e, mesmo que o fizessem, o panorama não sofreria modificação.

Isso porque à evidência não é crível que alguém que vá visitar uma determinada cidade concorde em hospedar-se em hotel localizado em outra.

Se tal alternativa é inverossímil uma vez, que dirá três.

Fica na verdade com isso patenteada a falha na prestação dos serviços das rés porque no mínimo elas não prestaram ao autor as informações suficientemente claras para que ele empreendesse a viagem em condições normais.

Já em face do problema verificado quando o autor procedeu à devolução do veículo que tinha alugado, as rés também o admitiram, mas procuraram eximir sua responsabilidade asseverando que o valor respectivo foi repassado para a empresa correspondente, de modo que seria desta a culpa pelo ocorrido.

Novamente aqui o argumento não beneficia as rés, seja porque não produziram prova suficiente do que assentaram, seja porque como o autor estabeleceu com elas a relação jurídica e não com outra empresa descabe cogitar a participação desta no que sucedeu.

Poderão regressivamente postular eventual reembolso do que despenderam, mas isso não afeta a esfera jurídica do autor.

A conjugação desses elementos, aliada à ausência de outros que apontassem para outra direção, conduz à certeza de que os fatos trazidos à colação se desenrolaram precisamente na esteira do relato exordial.

Resta então definir se o autor faz jus ao recebimento das indenizações pleiteadas.

Os danos materiais positivaram-se.

Em consequência dos erros das rés foi o autor forçado a pagar por novas hospedagens e pelo aluguel de um automóvel quando já o tinha feito anteriormente.

A devolução desses valores é de rigor como forma de recomposição patrimonial do autor, considerando os prejuízos com que arcou por culpa exclusiva das rés.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Não houve impugnação das rés sobre o valor postulado, de outra banda.

Os danos morais da mesma maneira estão caracterizados.

As regras de experiência comum (art. 5º da Lei nº 9.099/95) são suficientes para firmar a convicção de que o autor foi exposto por quatro vezes em curto espaço de tempo a grandes frustrações e constrangimentos que seguramente tiveram impacto negativo no desenvolvimento da viagem.

Qualquer pessoa mediana que estivesse em seu lugar sofreria abalo de vulto ao deparar-se por três vezes, todas em outros países, com o desapontamento por saber que sua hospedagem não ficaria na mesma cidade que iria visitar, além de necessitar buscar sem qualquer auxílio abrigo em outros hotéis.

O mesmo se deu com a necessidade de pagar novamente pelo aluguel de um automóvel.

O aprofundamento em torno dessa questão é despiciendo para concluir que a espécie vertente contempla situação muito diversa do mero dissabor inerente à vida cotidiana ou do simples descumprimento contratual, não obrando as rés no caso com o zelo esperado.

É o que basta para a configuração dos danos morais, mas o valor da indenização não poderá ser o pleiteado pelo autor por transparecer excessivo.

Assim, à míngua de preceito normativo que discipline a matéria, mas atento à condição econômica das partes e ao grau do aborrecimento experimentado, de um lado, bem como à necessidade da fixação não constituir enriquecimento indevido da parte e nem aviltar o sofrimento suportado, de outro lado, arbitro a indenização devida ao autor em R\$ 8.000,00 (oito mil reais).

Por fim, assinalo que não vislumbro o elemento subjetivo que seria indispensável à penalização das rés pela litigância de má-fé, não prosperando aqui o pedido do autor.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para condenar as rés a pagarem ao autor as quantias de R\$ 9.402,14, acrescida de correção monetária, a partir do ajuizamento da ação, e juros de mora, contados da citação, e de R\$ 8.000,00, acrescida de correção monetária, a partir desta data, e juros de mora, contados da citação.

Caso as rés não efetuem o pagamento no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 11 de julho de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**